

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



SAÚDE

DCA 160-1

**PLANO DE ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS
NO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2020

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL**



SAÚDE

DCA 160-1

**PLANO DE ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS
NO COMANDO DA AERONÁUTICA**

2020



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 878/GC3, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

Aprova a edição da Diretriz que estabelece o Plano de Enfrentamento ao Uso de Drogas no Comando da Aeronáutica.

O **COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67400.018634/2020-39, procedente do Comando-Geral do Pessoal, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da DCA 160-1 “Plano de Enfrentamento ao Uso de Drogas no Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º A entrada em vigor do presente ato, justificada em função da urgência, conforme disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, será na data da sua publicação.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 155, de 28 de agosto de 2020)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.3 <u>SIGLAS E ABREVIATURAS</u>	11
1.4 <u>RESPONSABILIDADE</u>	12
1.5 <u>ÂMBITO</u>	12
2 CONSIDERAÇÕES GERAIS	13
2.1 <u>PRIORIZAÇÃO</u>	13
2.2 <u>INDICADORES</u>	13
2.3 <u>FATORES DE RISCO</u>	13
2.4 <u>FATORES DE PROTEÇÃO</u>	13
2.5 <u>AÇÕES PREVENTIVAS</u>	13
3 AÇÕES E RESPONSABILIDADES	16
3.3 <u>ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER</u>	16
3.4 <u>COMANDO-GERAL DO PESSOAL - COMGEP</u>	16
3.5 <u>DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA - DIRSA</u>	16
3.6 <u>INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA</u>	17
3.7 <u>DIRETORIA DE ENSINO - DIRENS</u>	17
3.8 <u>DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP</u>	18
3.9 <u>CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS - CENIPA</u>	18
4 DISPOSIÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20
Anexo A - Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas (PPUSP)	22

PREFÁCIO

O uso de drogas na atualidade é uma preocupação mundial. Essa situação extrapola as questões individuais e se constitui numa inquietante questão de saúde pública, com reflexos nos diversos segmentos da sociedade. Os serviços de segurança pública, educação, saúde, justiça, assistência social, dentre outros, e os espaços familiares e sociais são repetidamente afetados, direta ou indiretamente, pelos reflexos e pelos efeitos do uso das drogas. No ambiente militar, o uso de drogas pode trazer consequências muito danosas, colocando em risco a segurança individual e também coletiva, podendo, ainda, macular gravemente a imagem institucional.

No Código Penal Militar, os crimes de uso e tráfico de drogas encontram previsão conjunta no art. 290 do Código Penal Militar. Na legislação penal comum, os crimes de drogas estão previstos nos artigos 28 e 33 da Lei 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). É o SISNAD que realiza a governança da Política Nacional de Drogas, cuja instância máxima é o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

As drogas são responsáveis por um grande número de mortes violentas, sobretudo jovens. Além do impacto na segurança, a drogadição é considerada um problema grave de saúde pública, impactando o usuário, familiares e a sociedade como um todo. Por sua complexidade, tem despendido esforços em políticas de enfrentamento, incluindo um significativo número de programas e projetos de diversos órgãos federais, estaduais, municipais e distritais.

A atual Política Nacional de Drogas (PNAD), criada pelo Decreto nº 9.761 de 11 de abril de 2019, estabelece ações a serem realizadas de forma articulada e cooperada, envolvendo o governo e a sociedade, alcançando as esferas de prevenção, tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, ações de combate ao tráfico e ao crime organizado e ampliação da segurança pública. Neste sentido, a Lei n. 13.840 de 05 de junho de 2019 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e dispõe sobre as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, entre elas a formulação de políticas públicas que conduzam à efetivação das diretrizes e princípios da PNAD.

Do exposto, faz-se necessário que o Comando da Aeronáutica (COMAER) estabeleça um plano próprio, visando o enfrentamento às drogas em todas as suas dimensões, abrangendo, nesta primeira fase, o efetivo ativo de militares e civis. O plano organiza-se em três eixos estratégicos de atuação: diagnóstico situacional e sistemático sobre o consumo de drogas e seu impacto; capacitação dos agentes envolvendo diversas áreas, com integração de ações ligadas à educação, prevenção, diminuição de oferta, segurança e justiça, informações sobre diagnóstico, tratamento e redução dos agravos relacionados ao uso ilícito ou abusivo de drogas psicoativas; e desenvolvimento e implantação dos seguintes programas:

- Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas (PPUSP), constante do anexo desta Diretriz;
- Programa de Diagnóstico e Tratamento do Usuário de Substâncias Psicoativas (PDTUSP), a ser elaborado; e
- Programa de Reabilitação do Usuário de Substâncias Psicoativas (PRUSP), visando a reinserção do paciente no ambiente de trabalho e na sociedade, a ser elaborado.

Esta Diretriz visa nortear as ações necessárias para a implantação de um plano eficaz e eficiente, devendo ser articulada às demais políticas existentes no COMAER.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer ações, prazos e responsabilidades relacionadas ao Plano de Enfrentamento ao Uso de Drogas no âmbito do COMAER, por meio de um programa de prevenção ao uso de substâncias que causem dependência física ou psíquica, tratamento de dependentes químicos e combate ao comércio de substâncias consideradas ilícitas, a fim de conscientizar e proteger o efetivo ativo da FAB dos prejuízos sociais, econômicos e de saúde pública representados pelo uso indevido e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para efeito desta Diretriz, os termos técnicos e expressões encontradas nesta publicação têm os seguintes significados.

1.2.1 ABSENTEÍSMO

Faltas recorrentes à jornada de trabalho, atividades escolares e outras situações em que haja obrigatoriedade do comparecimento.

1.2.2 ABSTINÊNCIA

Conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após o repetido consumo de substância psicoativa.

1.2.3 ACOLHIMENTO

Procedimento que envolve o recebimento de um determinado paciente, em local com infraestrutura adequada e com profissional qualificado, podendo abranger a escuta e o direcionamento das demandas apresentadas.

1.2.4 ACOMPANHAMENTO

Procedimento técnico realizado pelos profissionais qualificados, de caráter continuado e obrigatório, no qual se faz necessário o estabelecimento de vínculos entre público-alvo e equipe técnica.

1.2.5 ATENDIMENTO

Instrumento procedimento de escuta qualificada e identificação de demandas do público-alvo, onde são definidas estratégias de intervenção para a situação-problema apresentada, viabilizando a realização das intervenções pertinentes, podendo ser individual ou em grupo.

1.2.6 DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Uso descontrolado de uma ou mais substâncias psicoativas com repercussões negativas em uma ou mais áreas da vida do indivíduo, sendo caracterizada pelo consumo compulsivo e destinado a evitar o surgimento de sintomas de abstinência e cuja intensidade é capaz de ocasionar problemas sociais, físicos e ou psicológicos.

1.2.7 EXAME TOXICOLÓGICO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (ETSP)

Significa um exame toxicológico laboratorial ou realizado por meio de etilômetro, destinado à detecção de substâncias psicoativas no organismo.

1.2.8 FATORES DE RISCO

Qualquer situação que aumente a probabilidade de dependência.

1.2.9 FATORES DE PROTEÇÃO

Aqueles que protegem o indivíduo de fatos que poderão agredi-lo física, psíquica ou socialmente, buscando minimizar os riscos do uso indevido e/ou abusivo e da dependência.

1.2.10 PLANO

Modelo sistemático que se elabora antes de realizar uma ação, contendo informações básicas, incluindo objetivos gerais do que se pretende fazer, com o objetivo de dirigir e encaminhar as ações necessárias para que se concretize o plano.

1.2.11 PROGRAMA

Elaboração escrita de ações sequenciais necessárias para se alcançar um objetivo específico. É sempre parte de um plano, trazendo descrição um pouco mais abrangente das metas que se pretende alcançar, cronogramas e responsáveis.

1.2.12 PROJETO

Descrição escrita e detalhada de cada uma das ações sequências de um empreendimento ou programa a ser realizado, incluindo estudo de viabilidade, objetivo, justificativa, normativas, referencial teórico, metodologia, logística necessária, envolvidos, cronograma físico e financeiro, gestão de riscos e outras partes necessárias para o desenvolvimento do empreendimento ou programa.

1.2.13 PÚBLICO-ALVO

Efetivo ativo de militares e servidores civis vinculados ao Comando da Aeronáutica.

1.2.14 REDE SOCIOASSISTENCIAL

Conjunto integrado de ações de iniciativa pública e/ou privada, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas, atividades e projetos.

1.2.15 SUBPROGRAMA

É um programa auxiliar ao programa principal, através da realização de determinadas ações e tarefas pertencentes a uma das partes ou fases do programa principal.

1.2.16 SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Substâncias com potencial de uso nocivo que podem desencadear no indivíduo a auto administração repetida, que geralmente resulta em tolerância, síndrome de abstinência e comportamento compulsivo de consumo.

1.2.17 SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ILÍCITAS

Substâncias cuja posse, uso e comércio são proibidos por Lei, como por exemplo, maconha, cocaína, *ecstasy* e outras.

1.2.18 SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS

Substância de uso legalmente permitido em circunstâncias adequadas do ponto de vista social e/ou profissional como, por exemplo, medicamentos e álcool.

1.2.19 TRANSTORNO PSIQUIÁTRICO

Alterações do funcionamento da mente que prejudicam o desempenho da pessoa na vida familiar, na vida social, na vida pessoal, no trabalho, nos estudos, na compreensão de si e dos outros, na possibilidade de autocrítica, na tolerância aos problemas e na possibilidade de ter prazer na vida em geral.

1.2.20 USO ABUSIVO

Padrão episódico de consumo, em geral em quantidade elevada e se constitui numa situação intermediária entre o uso de baixo risco e a dependência.

1.2.21 USO INDEVIDO

Não cumprimento de regras vigentes no meio social (Código de Trânsito, Lei de Tóxicos, bem como aos termos do que está preestabelecido nos regulamentos e normas da Força Aérea).

1.2.22 VULNERABILIDADE SOCIAL

Conceito social referente à avaliação da condição de fragilidade do indivíduo ou grupos para enfrentar e superar os riscos produzidos pelo contexto de vida, levando em consideração a condição de moradia, suporte familiar, condição financeira, psicológica e educacional.

1.3 SIGLAS E ABREVIATURAS

Os termos e expressões empregados têm os significados consagrados no vernáculo, no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4) e, ainda, quando mais específicos, os dispostos a seguir:

- ETSP - Exame Toxicológico de Substâncias Psicoativas.
- OM - Organização Militar.
- ODGSA - Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica.

- ODSA - Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica.
- OSA - Organização de Saúde da Aeronáutica.
- PASIN - Programa de assistência Integral à Saúde.
- RAS - Rede de Atenção à Saúde.
- SADT - Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico.
- SISAU - Sistema de Saúde da Aeronáutica.
- SiSauC - Sistema para Saúde Complementar.
- SUS - Sistema Único de Saúde.

1.4 RESPONSABILIDADE

Os Comandantes, Chefes e Diretores de OM devem envidar esforços no sentido de assegurar o cumprimento desta Diretriz.

1.5 ÂMBITO

As determinações contidas nesta Diretriz se aplicam a todo o COMAER.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1 PRIORIZAÇÃO

As ações constantes na presente diretriz deverão priorizar a prevenção do uso indevido ou abusivo de substâncias psicoativas, o tratamento das pessoas usuárias ou dependentes de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas e a detecção de indícios de possível comércio ilegal de substâncias psicoativas no âmbito do COMAER.

2.2 INDICADORES

Poderão ser usados os seguintes indicadores associados ao abuso e à dependência química: absenteísmo; ausência parcial durante a jornada de trabalho; comprometimento da produtividade, da qualidade do trabalho e do desempenho escolar; mudanças no comportamento e no estilo de vida; problemas de ordem educacional; problemas de ordem emocional; problemas de ordem médica; problemas familiares; problemas financeiros; e problemas policiais e judiciais.

2.3 FATORES DE RISCO

Os principais fatores de risco para o público-alvo a serem considerados são: baixa autoestima; presença de transtornos psiquiátricos; dificuldade nos relacionamentos interpessoais; situações de vulnerabilidade social e/ou violência familiar; falta de pertencimento social e valorização da pessoa em seus contextos sociais e interpessoais (família, comunidade e trabalhos); vínculos negativos com pessoas e instituições; falta de informações adequadas sobre as substâncias psicoativas e seus efeitos; modelos sociais que aprovam ou incentivam o consumo de substâncias psicoativas; experiência de frustração, desmotivação e desengajamento em relação às atividades; indefinição ou ambiguidade de regras quanto ao consumo de substâncias psicoativas por parte dos indivíduos no ambiente de trabalho; facilidade de acesso a álcool e substâncias psicoativas fora do ambiente de trabalho; histórico familiar de uso e/ou abuso de substâncias psicoativas; e ausência de relações de cooperação entre a família e a Organização Militar (OM).

2.4 FATORES DE PROTEÇÃO

Os principais fatores de proteção para o público-alvo a serem estimulados são: autoestima elevada e manejo razoável dos estados de humor e da ansiedade; capacidade de expressar sentimentos; atitudes baseadas em valores morais e éticos; exercício da espiritualidade e convivência comunitária; vínculos saudáveis com pessoas, família e instituições; existência de um projeto de vida com metas alcançáveis; modelos sociais que promovam a valorização da vida e da saúde física e mental; atividades de lazer, esportivas e culturais desvinculadas do uso ou abuso de substâncias psicoativas; ambiente de trabalho saudável; informações adequadas sobre as substâncias psicoativas e seus efeitos; e relação de cooperação entre a família e a instituição militar.

2.5 AÇÕES PREVENTIVAS

2.5.1 A prevenção subdivide-se em três principais níveis que buscam atender públicos distintos:

- a) Prevenção universal - visam a melhoria da saúde geral e a qualidade de vida, atingindo de modo preventivo a maioria da população;
- b) Prevenção seletiva - são ações voltadas para segmentos específicos da população, previamente selecionados de acordo com sua vulnerabilidade ou índice de incidência de uso abusivo; e
- c) Prevenção indicada - são intervenções voltadas para aqueles que já demonstram prejuízos em razão do uso ou dependência ou com comportamentos de risco relacionados direta ou indiretamente ao uso de drogas.

2.5.2 As ações preventivas são, ainda, classificadas como primárias, secundárias e terciárias. Os programas desenvolvidos para atender ao Plano de Enfrentamento ao Uso de Drogas no Comando da Aeronáutica deverão contar com ações nos três campos.

2.5.3 AÇÕES PREVENTIVAS PRIMÁRIAS

As ações preventivas primárias têm por objetivo evitar o uso ilícito ou abusivo de substâncias psicoativas, por intermédio das seguintes medidas: ação de comando em todos os níveis, visando à orientação, a coordenação, o acompanhamento e o controle dos respectivos subordinados; desenvolvimento de atividades militares, sociais e religiosas que estimulem o fortalecimento de valores, a integração, o companheirismo e o espírito de corpo; identificação dos fatores de risco; realização de campanhas de esclarecimento; e inclusão do tema nos currículos escolares e nos programas de instrução militar.

2.5.4 AÇÕES PREVENTIVAS SECUNDÁRIAS

As ações preventivas secundárias têm por objetivo o monitoramento, a identificação de potenciais casos, a avaliação psicológica/psiquiátrica, a classificação de risco, o tratamento e acompanhamento, por intermédio das seguintes medidas: cumprimento dos protocolos a serem seguidos pelas Organizações Militares e Seções de Serviço de Assistência Social, tratamento nas Organizações Militares de Saúde, clínicas conveniadas com o Fundo de Saúde da Aeronáutica (FUNSA) ou por intermédio de acordos, convênios, termos de cooperação, credenciamento e/ou contratos com instituições públicas e/ou privadas.

2.5.5 AÇÕES PREVENTIVAS TERCIÁRIAS

As ações preventivas terciárias têm o objetivo de sensibilizar o dependente químico para que se mantenha no tratamento, reduzir as consequências adversas da dependência e evitar o processo de incapacidade permanente ou morte, por intermédio das seguintes medidas: proporcionar o atendimento médico e psicossocial de urgência e emergência para o indivíduo e seus dependentes; incentivar a abstinência da substância psicoativa usada; promover a reinserção no convívio familiar e social; e proporcionar a internação em hospitais ou clínicas especializadas para o tratamento de desintoxicação.

2.5.6 São indicados, inicialmente, quatro programas a serem implementados no COMAER e que comporão este Plano: Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas (PPUSP); Programa de Diagnóstico e Tratamento do Usuário de Substâncias Psicoativas (PDTUSP); Programa de Reabilitação do Usuário de Substâncias Psicoativas (PRUSP); e Programa de Prevenção e Fiscalização do Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação (PPFUSPA).

2.5.7 O PPUSP encontra-se como anexo deste Plano.

2.5.8 O PDTUSP, PRUSP e PPFUSPA deverão ser elaborados, conforme item 3, sendo que o PDTUSP deverá conter subprogramas abrangendo Diagnóstico, Controle ETSP, Acompanhamento de Saúde e Tratamento e o PPFUSPA deverá se aplicar a qualquer pessoa que desempenhe atividade de risco à Segurança Operacional na Aviação, bem como os elementos de fiscalização.

3 AÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1 A implantação do Plano de Enfrentamento ao Uso de Drogas no Comando da Aeronáutica irá requerer esforços conjuntos e coordenados de todos os ODGSA e suas unidades subordinadas, envolvidos direta ou indiretamente.

3.2 As tabelas a seguir dispõem de uma estrutura onde se elencam as ações, responsáveis, participantes e prazo para conclusão.

3.3 ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Fazer constar na DCA 16-2 “Gestão de Riscos no COMAER” a obrigação de se analisarem Riscos Associados ao uso indevido de Substâncias Psicoativas na COMAER.	EMAER	Todos os ODSA	DEZ 2020
Fazer constar na DCA 16-3 “Plano de Integridade da FAB” as ações concernentes ao enfrentamento ao uso indevido de Substâncias Psicoativas na COMAER.	EMAER	Todos os ODSA	DEZ 2020
Fazer constar no Programa de Fortalecimento de Valores a importância do enfrentamento ao uso indevido de Substâncias Psicoativas na COMAER.	EMAER	Todos os ODSA	DEZ 2020
Estudar demanda orçamentária, realizar planejamento e alocar os recursos necessários para financiamento das ações.	EMAER	SEFA	DEZ 2020

3.4 COMANDO-GERAL DO PESSOAL - COMGEP

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Instituir indicadores de avaliação e monitoramento das ações de Enfrentamento ao Uso de Drogas.	COMGEP	ODGSA	NOV 2020

3.5 DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA - DIRSA

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Instituir os Programas componentes deste Plano como parte dos Programas de Saúde da Atenção Primária.	DIRSA	IPA	OUT 2020
Planejar ações de prevenção, detecção, tratamento e redução dos agravos à saúde, para o efetivo ativo, como parte do programa de atenção integral à saúde.	DIRSA	-	OUT 2020
Definir as substâncias a serem testadas, público-alvo e o método a ser utilizado e instituir o Programa de Testagem Toxicológica Sistemática para público-alvo definido.	DIRSA	CONJUR	SET 2020
Promover a atualização da legislação pericial no tocante à inserção e observação	DIRSA	COMGEP	SET 2020

dos critérios técnicos para Testagem Toxicológica Sistemática para público-alvo definido.			
Estabelecer protocolos, condições e critérios para a execução de tratamentos médicos e/ou terapêuticos dos casos identificados, garantindo as diretrizes de facilidade de acesso, respeito aos direitos e dignidade humana, articulação e envolvimento familiar e sigilo das informações pessoais.	DIRSA	IPA	OUT 2020
Estabelecer parcerias com instituições públicas e/ou privadas que contribuam com as ações de saúde relacionadas ao enfrentamento.	DIRSA	IPA	OUT 2020

3.6 INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Instituir Programa de Conscientização e Sensibilização do público-alvo sobre os danos causados pelo uso indevido e/ou abusivo e pela dependência de substâncias psicoativas e suas consequências.	IPA	DIRSA	AGO 2020
Desenvolver ações preventivas à dependência química, abrangendo a esfera de relações familiares e comunitárias, visando motivar o desenvolvimento humano e incentivar a adoção de um modelo de vida saudável.	IPA	DIRSA, CDA, CECOMSAER	SET 2020
Desenvolver Programa de Atenção Psicossocial Especializada como parte da Atenção Integral à Saúde.	IPA	DIRSA	OUT 2020
Implantar programa de desinstitucionalização e reintegração do dependente químico em tratamento ao ambiente social, laboral e familiar.	IPA	SESO, DIRSA	DEZ 2020

3.7 DIRETORIA DE ENSINO - DIRENS

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Capacitar militares como agentes multiplicadores para a conscientização dos principais fatores de risco e proteção entre militares e seus familiares e para a condução de ações preventivas e protetivas no uso ilícito ou abusivo de substâncias psicoativas.	DIRENS	IPA, DIRSA	NOV 2020
Incluir no conteúdo programático de OE ações de difusão de conhecimento e campanhas de prevenção sobre riscos e as implicações representadas pelo uso de drogas, visando diminuição dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção.	DIRENS	IPA, DIRSA	DEZ 2020
Incluir em editais de concursos a previsão de testagens toxicológicas.	DIRENS	DIRSA	SET 2020

3.8 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - DIRAP

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Incluir em avisos de convocação de processo seletivo de temporários a previsão de testagens toxicológicas.	DIRAP	DIRSA	OUT 2020
Instituir, em todos os níveis do público-alvo, um sistema de avaliação e identificação de riscos sociais e planejamento de ações e acompanhamento para prevenção e redução dos possíveis danos sociais decorrentes.	DIRAP	IPA	OUT 2020

3.9 CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS - CENIPA

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARTICIPANTES	PRAZO
Elaborar o Programa de Prevenção e Fiscalização do Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação, abrangendo todas as atividades consideradas de risco para a segurança de voo.	CENIPA	IPA, DIRSA	NOV 2020

4 DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Sempre que o Comandante julgar necessário e conveniente, serão emitidas atualizações, ou mesmo novas diretrizes, em função do acompanhamento e da análise da conjuntura.

4.2 As OM do COMAER referenciadas nesta DCA poderão baixar, dentro das suas respectivas áreas de atribuições, normas e/ou instruções complementares pertinentes ao atendimento às demandas elencadas na presente Diretriz.

4.3 Os casos não previstos nesta Diretriz deverão ser submetidos à apreciação do Comandante-Geral do Pessoal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de Drogas, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de Drogas, define crimes e dá outras providências, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> acesso em março.

_____. Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre Drogas e da instituição do SISNAD, e dá outras providências, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5912.htm> acesso em março de 2020.

_____. Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007, que aprova a Política Nacional sobre o Alcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6117.htm> acesso em março de 2020.

_____. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm> acesso em março de 2020.

_____. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm> acesso em março de 2020.

_____. Regulamento Brasileiro da Aviação Civil, de 16 de junho de 2014, que trata do Programa de Prevenção do Risco Associado ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas na Aviação Civil (RBAC) nº 120, disponível em: <<https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/rbha-e-rbac/rbac/rbac-120>> acesso em março de 2020.

_____. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13840.htm> acesso em março de 2020.

_____. Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 337, de 11 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências, disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-de-diretoria-colegiada-rdc-n-337-de-11-de-fevereiro-de-2020-243135104>> acesso em março de 2020.

_____. Portaria nº 183-DGP, de 12 de setembro de 2016, que aprova as Instruções Reguladoras do Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ) no âmbito do Comando do Exército (EB30-IR-50.012) disponível em: <<http://www.sigex.eb.mil.br>> acesso em março de 2020.

_____. Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social nº 116 de 13 de novembro de 2015, que regulamenta a realização dos exames toxicológicos previstos nos §§ 6º e 7º do Art. 168 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), disponível em:<<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Portaria-mps-116-2015.htm>> acesso em março de 2020.

_____. Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências, disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13103.htm> acesso em março de 2020.

_____. Portaria nº 1.868/GC3, de 20 de novembro de 2018 que aprova a edição da DCA (Diretriz do Comando da Aeronáutica) 16-3 “Plano de Integridade da Força Aérea Brasileira”, disponível em: <http://www.cendoc.intraer/sisbca/consulta_bca/busca_assunt.php> acesso em março de 2020.

_____. História da Política Nacional sobre Drogas, Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/politicas-sobre-drogas>> acesso em março de 2020.

_____. Governança da Política de Drogas, Ministério da Justiça e Segurança Pública, disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/a-governanca-da-politica-de-drogas>> acesso em março de 2020.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC). Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas. Brasília: UNODC; 2014.

OIT. **Problemas Ligados ao Alcool e as Drogas no Local de Trabalho.** 2a . Palmigráfica Artes Gráficas L, editor. Genebra; 2008.

Anexo A - Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas (PPUSP)

1 FASES DO PROGRAMA

O Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas (PPUSP) organiza-se em três fases que se sobrepõem parcialmente: Concepção, Implementação e Gestão.

1.1 A Fase I do Programa (Concepção) encerra-se ao iniciar-se a Fase II (Implementação).

1.2 A Fase II (Implementação) é contínua, com ações de curto, médio e longo prazo.

1.3 A Fase III do Programa (Gestão) sobrepõe-se às Fases I e II, apresenta-se de forma contínua e será responsável por todo acompanhamento das metas e respectivas ações a serem implementadas no âmbito do COMAER.

FASES	OBJETIVOS	PRAZOS
Fase I: Concepção	1. Definição de metas e objetivos; 2. Levantamento de necessidades; 3. Estudos de Viabilidade; e 4. Criação de Normas (NSCA) dos programas constituintes do PPUSP (subprogramas) a serem implementados no COMAER.	DEZ 2020
Fase II: Implementação	1. Campanhas de Sensibilização e Informação; 2. Educação e Formação; 3. Redução de Fatores de Risco; 4. Fortalecimento de Fatores de Proteção; 5. Fortalecimento de valores; 6. Facilitação do acesso aos serviços de aconselhamento, tratamento e reabilitação; 7. Mapeamento de grupos de risco; 8. Redução de riscos nas atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER; 9. Mudanças comportamentais e na cultura organizacional; 10. Incremento na sensação de bem estar subjetivo; 11. Implantação do ETSP no Exame de Admissão ao COMAER; 12. Manutenção da segurança operacional; e 13. Proteção da imagem institucional.	INÍCIO 2021-CONTÍNUO
Fase III: Gestão	1. Coordenação da Fase I; 2. Acompanhamento da Fase II; 3. Avaliação das ações; 4. Estabelecimento de novas metas; 5. Definição e monitoramento de indicadores; e 6. Reavaliação dos Programas implementados.	INÍCIO AGOSTO 2020-CONTÍNUO

Continuação do Anexo A - Programa de Prevenção ao Uso Indevido de Substâncias Psicoativas (PPUSP)

2 PROGRAMAS PERTENCENTES AO PPUSP (SUBPROGRAMAS)

2.1 Os programas a serem implementados na Fase II do PPUSP estão divididos nos três níveis de prevenção à saúde: primária, secundária e terciária.

NÍVEL DE PREVENÇÃO	PROGRAMAS	OBJETIVOS DAS AÇÕES
Prevenção Primária: Promoção da Saúde e de Proteção Específica	Programa de Prevenção Primária	Sensibilização sobre as consequências do abuso do álcool e o uso indevido de drogas, com objetivo de manter a qualidade de vida de militares e dependentes, de modo a evitar o desenvolvimento de processos patogênicos. Adoção de medidas de proteção direcionadas aos grupos de risco mapeados previamente. Promoção de uma cultura de saúde, segurança e bem-estar. Diminuição de fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção.
Prevenção Secundária: Diagnóstico, Tratamento Precoce e Limitação do Dano	Programa de Avaliação em Saúde e Tratamento	Propiciar uma melhor evolução clínica para os indivíduos afetados e ainda em fase inicial do processo de adoecimento, impedindo ou retardando a evolução da enfermidade através da execução de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. Interromper ou reduzir a disseminação dos quadros patológicos. Participar do atendimento médico e psicossocial de urgência e emergência, incluindo internação em clínicas especializadas e eletivo ambulatorial, previstos no PDTUSP, como facilitador e fomentador da adesão ao plano de tratamento.
Prevenção Terciária: Reabilitação	Programa de Acompanhamento	Estabilização do avanço da patologia, contribuindo para que o indivíduo consiga levar uma vida útil e produtiva, ainda que o quadro patológico já tenha evoluído a ponto de se manifestar de forma estável (presença de sequelas ou cronificação). Contribuir, juntamente com o PDTUSP, para a adesão e continuidade ao tratamento por parte do paciente e promover a reinserção no convívio familiar e social.